

1 **ATA DA 391ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE -**
2 **CEPRAM**

3 No dia doze de maio de dois mil e dezessete, no auditório da CERB, às nove horas,
4 realizou-se a tricentésima nonagésima primeira reunião ordinária do Conselho Estadual do
5 Meio Ambiente - CEPRAM. Esteve presente José Geraldo dos Reis Santos, secretário e
6 presidente, Mariana Mascarenhas, coordenadora da Secretaria Executiva – SEMA; Márcia
7 Telles, suplente e diretora geral do INEMA; Iraneide Leal Costa – SEAGRI; Marcos
8 Gonçalves Almeida – SEINFRA; Pedro Souza Rocha – Seplan; Stenio Junior – SEDUR;
9 Letícia Nobre – SESAB; Rodolpho Antunes Mafei – MMA; Jorge Emanuel Reis Cajazeira –
10 FIEB; Aurinézio Calheira Barbosa – COFIC; José Roberto Celestino – DAC; Sabrina de
11 Branco – SINDPACEL; Wilson Galvão Andrade – SINDFIBRAS; Luiz Carlos Café – ACB;
12 Bernardino Brandão Filho – SECOVI-BA; Diogo Assis Guanabara – PETROBAHIA; Ruy
13 Argeu do Amaral Andrade – SINDICOM-BA; Benedito Vieira dos Santos – FECOMERCIO;
14 Mariene Salatiel Oliveira – CETREL S/A; Dhone Dognani – Sindicato dos Prod. Rurais de
15 Luiz Eduardo Magalhães; Leila Márcia Oliveira – Sindicato Rural de Coaraci; Evilasio Silva
16 Fraga – Sindicato de Produtores Rurais de Ibicoara; João Lopes Araujos – ASSOCAFÉ;
17 José Getúlio Andrade – Serviços e Turismo do Estado da Bahia; Soraya Machado Torres –
18 Associação Brasileira da Indústria de Hotéis; Jose Augusto Pinto de Queiroz – CREA-BA;
19 Roberta Casali Bahia Damis – OAB; Severino Soares Angra Filho – UFBA; Mauro Moreira
20 Borges – CEPEDDES; Lucelia de Melo Berbert – Instituto Baleia Jubarte; Martin Mayr –
21 ADES; Daniel Barreto – GAMBÁ; Renato Cunha – GAMBÁ; Daniela Marques Chagas –
22 GAMBÁ; Carlos Romero de Carvalho – PRISMA, além de outros convidados. Mariana
23 Mascarenhas iniciou a sessão cumprimentando a todos. Registrou que depois de enviada a
24 convocação, ocorreu uma pequena alteração na pauta: o item que constou a apresentação
25 do Manual do PRA, foi substituído, pois não houve tempo hábil para concluir, conforme o
26 item 2, desta pauta: 1. apresentação do Presidente e Secretário José Geraldo Reis; 2.
27 apresentação do panorama CEFIR; 3. Apreciação das Atas referentes às duas últimas
28 reuniões ordinárias (389ª e 390ª); 4. apresentação dos Processos apreciados na 17ª reunião
29 CT Recursal em 09/09/2016; 4. Escolha de 2 titulares e 2 suplentes para o FERFA; 5.
30 Escolha de 1 titular e 1 suplente para a Câmara de Compensação Ambiental; 6. Análise da
31 proposta de alteração da Resolução nº 3.965/09 que aprova a Norma Técnica NT- 01/2009
32 e seus Anexos, que dispõe sobre o Gerenciamento de Risco no Estado da Bahia; 7. Análise
33 da proposta de minuta de resolução sobre procedimento das publicações de autorizações
34 dadas pelo INEMA; esse ponto foi sugerido pelo conselheiro Martin Mayr que solicitou retirar
35 de pauta para trabalhar melhor a proposta. 8. Aprovação do calendário de reuniões; 9.
36 Manifestação do INEMA acerca de autorização de supressão de vegetação nativa em
37 Formosa do Rio Preto (Portaria nº 9077/15), em atendimento a solicitação do conselheiro
38 Martin Mayr; 10. O que ocorrer. O secretário Geraldo Reis solicitou uma apresentação de
39 todos representantes. Renato Cunha – Gambá, sugeriu uma inversão de pauta, para que o
40 item nove fosse apresentado antes da apreciação dos processos. Mariana Mascarenhas
41 propôs que todos os itens fossem abordados, antes, também. O secretário Geraldo Reis
42 saudou a todos, disse que era sociólogo, professor da Universidade do Sudoeste da Bahia,
43 foi assessor do então Reitor Waldenor Pereira, teve experiência de gestão municipal como
44 chefe de gabinete da Prefeitura de Vitória da Conquista e posteriormente secretário de
45 Expansão Econômica. Assumiu a Superintendência de Estudos Sociais da Bahia (SEI) na
46 gestão do Governo Wagner; na atual gestão assumiu a Secretaria de Direitos Humanos e
47 Desenvolvimento Social, há três meses estava à frente da Secretaria do Meio Ambiente. Em
48 seguida, Mariana Mascarenhas passou a palavra a Severino Soares - UFBA que se colocou
49 a disposição para colaborar com esse Colegiado, sobretudo porque, apesar de não ter sido,
50 anteriormente, membro integrante desse Conselho, disse que sempre acompanhou o

51 representante da UFBA. Pontuou algumas preocupações, falou que se sentia comprometido
52 em contribuir com esse Conselho e com política ambiental como um todo; solicitou contar
53 com a colaboração da nova gestão, referindo-se à disponibilidade de transparência da
54 informação; registrou que o cidadão tem dificuldades em acessar os estudos e acompanhar
55 o licenciamento ambiental, ou seja, a Portaria de licença ambiental. O Conselheiro
56 mencionou ainda, que o acesso somente é possível através do Diário Oficial do Estado,
57 sugeriu que esse procedimento fosse mais facilitado. Outro ponto a ser destacado, o papel
58 desse Conselho, comentou que muita coisa que deveria estar passando pelo CEPRAM não
59 estava ocorrendo, ou seja, a Secretaria estava exercendo o papel do Conselho. Registrou
60 que, mais uma vez, foi publicado um Decreto alterando a lista das atividades sujeita ao
61 licenciamento. O Conselheiro informou, que vai requerer formalmente, mas que fosse
62 registrado em ata o seu pedido de acesso ao Parecer da licença prévia da Ponte Salvador
63 Itaparica; propôs que fosse colocado em pauta da próxima reunião a revisão da Resolução
64 nº 4420 – que define as atividades sujeita ao licenciamento ambiental, para repor o Decreto
65 que alterou essa listagem, posterior a Resolução anterior, inclusive para possibilidade de
66 ajustes. O Secretário sugeriu adotar procedimentos para dar sequência à reunião; disse que
67 se preocupava no sentido de não abrir várias frentes de debates, ao mesmo tempo, e, com
68 isso, não conseguir amadurecer nenhuma delas. Fez algumas observações relativas à
69 proposta da pauta, para tanto era necessário dar uma organização, para melhor proveito
70 das discussões de qualquer tema. Perguntou se manteria a pauta sugerida ou achariam
71 importante suspendê-la. João Lopes – Assocafé falou sobre a situação do agronegócio na
72 Bahia, pois estava passando por dificuldades, por isso encaminhou um pleito ao Governador
73 com cópias para SEMA e o INEMA sobre a suspensão da Lei Ambiental pela Justiça
74 Federal; disse que o setor rural, importante para a cadeia produtiva brasileira, estava parado
75 no Estado da Bahia por falta de licença, a partir do momento que o Juiz Dr. Avio Mouza
76 Ferraz Novaes da 12ª Vara da Fazenda Federal baixou uma Liminar suspendendo a
77 Legislação da Bahia que diz, “...a Lei vigente era a Federal”. Ressaltou que isso não
78 funcionava, pois o IBAMA nunca exerceu nada no setor ambiental. Disse que era muito
79 importante a atuação do Estado, considerando inúmeras demandas da PGE, precisando dar
80 prioridade a esse assunto. Comentou que existem inúmeros proprietários necessitando de
81 recurso e o Banco só libera se tiver a licença. Renato Cunha - Gambá colocou a importância
82 de expor algumas reflexões que a sociedade civil tem feito nos últimos anos. O secretário
83 perguntou sobre a possibilidade de retirar de pauta a apresentação sobre o CEFIR e assim
84 aproveitar o tempo para outros pronunciamentos. Renato Cunha – Gambá comentou que
85 gostaria que nessa gestão tivesse algumas mudanças, se referiu ao enfraquecimento dos
86 diversos colegiados, para que o processo de gestão democrática e participativa faça valer o
87 que estava previsto na Legislação; a questão da gestão das Unidades de Conservação e
88 qualificação, bem como a criação de outras Unidades; a gestão das águas; os vários
89 instrumentos que foram elaborados pelo Governo do Estado sem nenhuma efetividade até o
90 momento; destacou o Plano Estadual do Meio Ambiente e a necessidade de uma revisão; a
91 falta do controle social do licenciamento; o desenvolvimento do Estado deve ser repensado.
92 Daniela Marques Chagas - Gambá registrou que vivia o reflexo dessa gestão ambiental
93 ocorrendo de uma forma desqualificada; destacou o projeto de implantação de um aterro
94 sanitário no meio de um território de comunidades tradicionais, considerado um dos
95 Corredores Ecológicos mais importantes para a região de Salvador; relatou que o
96 empreendimento solicitou duas licenças de forma fragmentada, a licença municipal foi
97 concedida em dezembro de 2016, a população local não foi informada; disse que a
98 população de Simões Filho tem se mobilizado de forma muito forte contra a instalação
99 desse aterro; falou que a 300 metros desse local existia um projeto da Igreja Católica há
100 mais de 25 anos que trabalhava com crianças em situação vulneráveis, pessoas com
101 deficiências; informou que a Fundação Terra Mirim é um posto avançado da reserva da

102 biosfera da mata atlântica, por seu trabalho de desenvolvimento sustentável; diante disso,
103 esperava que a gestão ambiental participativa pudesse efetivamente ocorrer. O secretário
104 passou a palavra a Márcia Telles - Inema para esclarecer alguns pontos colocados. Márcia
105 Telles – Inema, informou que todas as consultas de processos concluídos estão disponíveis
106 no Portal SEIA; colocou que o INEMA estava à disposição para ajudar a sanar as
107 dificuldades mencionadas, relativas ao acesso das informações, através de consulta publica
108 no www.inema.ba.gov.br; ressaltou que a Central de Atendimento do órgão estava à
109 disposição para procedimentos de vistas ou cópia do processo. Explicou que o processo de
110 licença para o projeto da ponte Salvador-Itaparica exigia uma licença trifásica com EIA/RIMA
111 - foi liberada a primeira Licença Prévia, ocorreram várias divulgações sobre esse processo,
112 por determinação da Lei, foi bem acompanhado pelo Ministério Público e ainda pode ser
113 acessado. Severino Soares – UFBA argumentou a dificuldade para encontrar os
114 documentos constantes no processo de licença, ou seja, a sua maioria não estaria
115 disponível. Na sequência, Márcia Telles – Inema citou que a implantação do aterro sanitário
116 através do empreendimento Naturale se tratava de um Centro de tratamento e valorização
117 de resíduos, estava em processo de análise; disse que o requerente fez uma solicitação ao
118 INEMA, ou seja, não houve liberação de licença prévia, portanto, ainda não estava
11 licenciado; comentou que existe um Alvará do município que era importante, mas não era
120 definitivo; destacou que todas as argumentações colocadas serão consideradas no
121 processo de análise. Daniela Chagas – Gambá registrou que as obras já estavam
122 acontecendo. Márcia Telles fez algumas observações, ressaltando que o Estado não
123 poderia interferir na competência da licença municipal de aterro de inertes. Daniela Chagas -
124 Gambá fez colocações contra o zoneamento da APA Joanes-Ipitanga que deveria ser
125 revisto no período de 2012 a 2013 e que as comunidades estariam sendo prejudicadas.
126 Citou que precisava ser regulamentada a Política Estadual de Resíduos Sólidos. Com
127 relação ao questionamento de Severino, Pedro Rocha - Seplan comentou que, sem deixar
128 de reconhecer a sua importância, o SEIA no processo de aperfeiçoamento continuo
129 precisava se tornar mais amigável. Com relação à ponte existe um site oficial:
130 pontesalvadorilhadeitaparica.ba.gov.br, onde está disponível todos os estudos. O secretário
131 asseverou que o papel desse Conselho seria de alta complexidade, pois não se tratava de
132 um Conselho normativo, mesmo com seu papel de formação de políticas ou de normas,
133 acontecem em meio a uma série de constrangimentos, contextos mais ou menos calmos.
134 Além do Conselho, teria a questão da gestão do meio ambiente, do funcionamento, da
135 relação SEMA/INEMA, qualificação do controle social que possa funcionar como co-
136 responsável pelas políticas finalísticas; disse que todos sabem que existem um passivo
137 enorme no que diz respeito a várias temáticas e pautas ambientais. Por fim, se colocou na
138 condição de presidente deste Conselho para registrar que Márcia Telles – Inema como
139 suplente, estaria presente sempre quando o mesmo não pudesse estar, bem como demais
140 representantes da SEMA. Márcia Telles falou sobre o CEFIR, sua criação; destacou ser um
141 instrumento importante que permite localizar o proprietário rural, apresentar, de forma
142 objetiva, as áreas de preservação permanente e de reserva legal, tem uma diferenciação
143 com o CAR com relação a essas áreas, ou seja, o CEFIR trata da recuperação de área de
144 preservação permanente e de reserva legal, tanto para qualquer passivo que tenha
145 propriedade, servidão florestal e floresta de produção, então monitora, basicamente, esses
146 três pontos. Registrou que a partir de dezembro de 2017, a inscrição será obrigatória para
147 toda propriedade e posses rurais, porque foi prorrogado. Dispõe de uma condição
148 obrigatória, para qualquer tipo de requerimento de ato autorizativo do INEMA. Qualquer
149 alteração que ocorra na propriedade, o cadastro poderá ser alterado. Citou que foram
150 criados alguns instrumentos que poderão subsidiar, financeiramente e tecnicamente, os
151 municípios para efetivação do cadastro. Destacou que são cerca de seiscentas mil
152 propriedades cadastradas. Falou sobre a criação de alguns mecanismos e o esforço muito

153 grande da SEMA e do INEMA na busca de recursos do BNDES para subsidiar toda essa
154 questão do cadastro. Disse que, atualmente, contava com um grande aporte de recursos
155 desse Banco, firmado através de um contrato que prevê como objeto o cadastramento de
156 trezentos e dezoito mil, novecentos e trinta e quatro imóveis rurais até quatro módulos.
157 Ressaltou, dos quatrocentos e dezessete municípios todos tem algum tipo de formalização
158 de cadastro efetivado através de algum mecanismo. Disse que na região do Oeste, além da
159 ação do BNDES existe outro contrato com o Programa Cerrado, que prevê o cadastramento
160 nessa região. Colocou que o recurso do BNDES, constitui num investimento de trinta e cinco
161 milhões e sessenta mil reais. Apresentou o cronograma de execução desse contrato e falou
162 sobre o acompanhamento feito por um grupo de trabalho do INEMA. Colocou a situação dos
163 cadastros atualmente, destacando um aumento significativo das propriedades cadastradas.
164 Destacou que existem cento e sessenta e três mil cadastros, que correspondem a uma área
165 de vinte e três por cento, do total de hectares cadastrados. Falou que o Programa Cerrado
166 contava com recurso do BID, com meta para vinte oito mil e quinhentos e oitenta cadastros
167 contratados, foram realizados quatorze mil seiscentos e cinquenta e três, também um
168 financiamento do BID pelo Programa de Desenvolvimento Ambiental (PDA) com um numero
169 quantitativo de três mil quinhentos e cinquenta e dois cadastros realizados. Além disso, o
170 projeto de biodiversidade e mudanças climáticas que atinge uma meta de quatro mil
171 trezentos e quarenta e nove cadastros; contratos firmados pela Secretaria de
172 Desenvolvimento Rural (SDR) para trinta e quatro mil, quinhentos e sessenta cadastros
173 sendo operacionalizados, acompanhado e monitorado pela Secretaria de Desenvolvimento
174 Rural - SDR. Depois de finalizada a apresentação, Mariana Mascarenhas - Secex abriu
175 espaço para perguntas: Ruy Argeu Andrade – Sindicom, perguntou se o cadastro seria
176 mediante georeferenciamento. Márcia Telles ratificou que existia uma diferença entre o
177 CEFIR e o CAR. O CEFIR para propriedades abaixo de quatro módulos seria um espelho do
178 CAR. Nessas propriedades se utilizam o GEOBAHIA com base de referência. Evilásio Fraga
179 – Sindicato Rral de Ibicoara, comentou com relação ao CAR que considerava um
180 instrumento muito importante e parabenizou a Bahia por ter tomado essa iniciativa de ter
181 incorporado, ferramentas de tecnologias, dentro do sistema de conhecimento do território,
182 no sentido de aproximar do mais moderno no mercado. Contudo, registrou que toda
183 ferramenta em processo de evolução precisava de aprimoramento. Colocou a necessidade
184 de empregar mais esforços e não considerar o produtor como se tivesse a intenção de fazer
185 uma declaração mal feita, pois os primeiros a realizar o CAR foram fiscalizados e autuados
186 de maneira pesada, inclusive por procedimentos errados praticados pelos próprios fiscais.
187 Falou sobre pontos relevantes que precisavam ser mais trabalhados, principalmente a
188 questão da comunicação, sobretudo quanto à condução interna da fiscalização dentro do
189 órgão. Diante do exposto por Evilásio Fraga, Leila Oliveira- Sindicato Rural de Camacã citu,
190 uma multa aplicada por um dano material inexistente e por um registro equivocado no
191 CEFIR, entendia que o produtor estaria sendo penalizado por adesão ao CEFIR há dois ou
192 três anos atrás, cuja ferramenta era bem diferente da desenvolvida atualmente, assim como
193 aos que não aderiram até o momento, considerando que o prazo será até dezembro deste
194 ano, tem uma fiscalização, mas não teria como multar. Ressaltou, diante da necessidade de
195 sensibilizar produtores, de formular uma defesa em relação aos direitos dos produtores e o
196 conforto diante da ferramenta, a Federação da Agricultura de Pecuária da Bahia - FAEB
197 propunha ao INEMA suspender as multas relativas às informações equivocadas no CEFIR
198 até dezembro de 2017, após esse prazo a fiscalização passaria a atuar. Comunicou que a
199 FAEB estava nesse processo de mobilização à chamada dos produtores fazer o CEFIR em
200 parceria com o CREA; registrou que vai passar por e-mail a programação de mobilização.
201 Martin Mayr – 10envolvimento, afirmou que a fiscalização deve ser atuante, receava que se
202 fizesse algo, mas o que seria proporcionado depois disso, para que se tenha um ganho
203 socioambiental, diante da realidade ambiental da Bahia; comentou que se preocupava com

204 a falta de licenciamento para as atividades agropecuárias. Renato Cunha - Gambá
205 questionou se as informações sobre o CEFIR estavam disponíveis facilmente; se estava
206 sendo acompanhado e adotando estratégias para restauração das propriedades que estão
207 em desconformidade. Márcia Telles – Inema, reportando-se à fala de Evilásio Fraga
208 destacou que as fiscalizações ocorrem de forma recorrente; lembrou que o CAR é
209 obrigatório e prevê condições de preenchimento e uso; disse que o cadastro não era uma
210 ferramenta de licenciamento e sim de conhecimento territorial das propriedades. O
211 licenciamento das atividades que constam no anexo IV, continua no Decreto 14.024.
212 Considerava a fiscalização importante, alguém do que deveria ser, por uma questão
213 meramente operacional, porque o Estado é muito maior do que a capacidade da
214 competência do órgão; comentou que o técnico segue uma determinação legal. Na
215 sequência, esclareceu que o cadastro poderá ser atualizado a qualquer tempo, por isso, não
216 se pode aguardar ao final de um cadastramento previsto para dezembro de 2017, podendo
217 ser prorrogado por decisão do MMA para começar fiscalizar. Esclareceu uma vez colocado
218 alguma informação em divergência com o CEFIR a fiscalização averiguará em campo. Com
219 relação à regularidade, enfatizou a existência de conhecimento da SEMA e do INEMA sendo
220 discutida a nível do grupo de trabalho, as informações devem ser publicizadas. Quanto ao
221 impacto ambiental, particularmente quando o CEFIR foi criado antes do CAR, considerava
222 uma ferramenta poderosa, pois garante a retirada de uma série de informações que poderão
223 subsidiar, inclusive, diretrizes de políticas públicas. Para tanto, o Estado deve está bem
224 preparado para compilar todas as informações, porque senão serão somente dados. Renato
225 Cunha – Gambá esclareceu a sua pergunta: ao identificar a existência de propriedade em
226 desacordo com a adequação, se teria alguma estratégia proposta de restauração florestal?
227 Márcia Telles – Inema respondeu que inicialmente, estava sendo utilizada ferramenta e
228 analisando os planos de recuperação apresentados; destacou que se tratava de uma
229 ferramenta para cobrar do requerente cadastrado que teve sua área degradada. Após esse
230 procedimento é feita uma vistoria da implementação. O Estado terá que criar políticas de
231 reflorestamentos baseadas no cadastro. Mesmo assim existe a possibilidade de mapear e
232 recuperar uma área degradada, através de um Termo de Cooperação com alguma empresa
233 e a mesma disponibilizar recurso para esse tipo de ação, mas o cadastro é consultado.
234 Renato Cunha – Gambá registrou que deve haver uma estratégia de fortalecimento. Leila
235 Oliveira – Sindicato Rural de Camacã, aduziu que não estaria questionando para não ser
236 realizada a fiscalização, mas pleiteava que a multa relacionada às informações do CEFIR
237 não fosse aplicada quando existe uma dificuldade de sensibilizar o produtor e falta de
238 profissionais habilitados para efetuar corretamente o CEFIR, bem como o próprio
239 instrumento que existiu e existe, ainda sem solução, ou seja, usar o instrumento de forma
240 educacional, aplicar uma advertência. Márcia Telles - Inema esclareceu, que o CEFIR
241 através da emissão de um Termo de Compromisso, se couber, protege o produtor por
242 permitir a regularidade ambiental, caso não haja a licença tem um prazo de cento e oitenta
243 dias para requerer. Dando continuidade a pauta, Mariana Mascarenhas passou a palavra
244 para Martin Mayr – 10envolvimento, que pediu a todos assistir um trailer de um vídeo, que
245 permitiria situar a localização da supressão de vegetação nativa em Formosa do Rio Preto,
246 ambientes e pessoas diretamente atingidas. Disse que esse trailer era um extrato de um
247 filme “gerações gerazeiras” com duração de 30 minutos, podendo ser encontrado no
248 YouTube. Relatou que a Fazenda Condomínio Cachoeira Estrondo, adquiriu através da
249 empresa Delfin em 2015, autorização de supressão de quase 25 mil hectares de cerrado
250 nativo, na época foi problematizada neste Conselho devido às precariedades na sua
251 fundamentação, a área se encontrava em litígio fundiário, conflitos socioambientais entre as
252 comunidades tradicionais, não houve audiência pública, desconsideração do embargo
253 imposto pelo IBAMA e da situação de irregularidade em relação às notas fiscais, bem como
254 respostas precárias no tocante aos condicionantes para conseguir essa autorização. Fez a

255 leitura de uma notificação emitida pelo INEMA, referente à homologação da multa aplicada a
256 referida empresa, por prestar declarações falsas ao CEFIR e outros motivos. Diante do
257 exposto, questionou ao INEMA autorizar em 12 de janeiro de 2015 a supressão, apesar do
258 próprio órgão ter constatado, cinco meses antes, a situação irregular no que diz respeito à
259 localização e ao dimensionamento. Ressaltou, que a problemática citada inseria o conflito
260 entre as comunidades gerazeiras do Rio Preto e o Condomínio Estrondo; disse que há anos
261 o condomínio invadia os territórios tradicionais com seguranças fortemente armados.
262 Registrou que essa problemática foi relatada ao Governador mediante ofício datado de 25
263 de outubro de 2016, que foi repassado a SEMA para análise e posterior decisão, mas até o
264 momento não obtiveram nenhuma posição. Em conformidade com as atribuições do
265 CEPRAM, solicitou os devidos esclarecimentos nesta reunião. Márcia Telles – Inema relatou
266 que esse era o empreendimento Delfin Rios Crédito Imobiliário, a supressão de vegetação
267 (SV) referida foi requerida ao INEMA em 2009, não ocorreu à audiência pública, porque era
268 realizada através de processos que estavam sobre EIA/RIMA, portanto para esse caso não
269 caberia. Isso não ocorre atualmente, pois houve alteração da Lei, consequentemente do
270 Decreto 11.235 que passou a ser o 14.024 que diz, “para supressão acima de dez mil
271 hectares, atualmente, cabe EIA/RIMA”. Informou que, para abertura desse processo, por
272 não existir processos digitalizados, na época, foi requerido documentos obrigatoriamente
273 exigidos e os apresentados, passando a listar. Ressaltou que todos os critérios e ritos foram
274 avaliados, utilizaram-se ferramentas de mapa e recursos de tecnologia para chegar à
275 informação pertinente e adequada para autorizar a supressão; destacou que foi feita uma
276 análise da GEOBAHIA; explicou como era feita a supressão com a metodologia utilizada
277 pelas Universidades Federais. Falou, quanto a Reserva Legal foi verificada irregularidade
278 que impedia a regeneração, comprometendo o plano de recuperação de área que havia
279 apresentado, mas isso não impedia a liberação do ato autorizativo. Disse que durante o
280 período de análise desse processo, não teve informações das autuações feitas pelo IBAMA.
281 Com relação aos conflitos fundiários, foram apresentadas todas as Certidões, o INEMA não
282 faz avaliação, nem consulta para saber a validade. Ressaltou que nesse processo constam
283 somente as documentações do requerente. Disse que concordava que essa comunidade
284 deve ser reconhecida, para que esteja sobre os direitos pleiteados, isso pode ser feito
285 através da SEPROMI. Asseverou que deve ficar bem definido o que se quer preservar para
286 o Cerrado. Disse que o processo físico que dispõe de muitos volumes estaria à disposição.
287 João Lopes - Assocafé propôs apresentar mais informações sobre esse empreendimento na
288 próxima reunião. Renato Cunha - Gambá, endossou a necessidade de fazer uma discussão
289 sobre a situação e definição para o Cerrado. Carlos Romero – Prisma, fez algumas
290 observações, chamou a atenção para pensar em criar um Comitê Estadual para tentar
291 proteger o que ainda resta do Cerrado. Severino Soares - UFBA colocou, esse era um caso
292 muito ilustrativo; falou que se preocupava com a resposta procedimental e legal, por parte
293 da diretoria do INEMA, considerando a existência da parte substantiva, em sua opinião
294 havia um equívoco na Lei e no Decreto ao denominar licenciamento de procedimento
295 administrativo, pois se tratava de um procedimento de avaliação sistemática de impactos
296 ambientais. Estranhou a declaração, o fato de o empreendimento estava ilegal não o
297 impedia de ser certificado. Isso mostrava que a relação que existia sobre a exigência de EIA
298 ou não, deve ser revisada, pois a listagem de licença sujeita ao licenciamento não pode ser
299 vinculada somente ao porte, depende da sensibilidade local. Por isso, ratificava a demanda
300 de revisar a Resolução, porque não cabe fazer esse tipo de viabilização, via Decreto, deve
301 ser analisado pelo CEPRAM. Márcia Telles esclareceu, que o licenciamento ambiental era
302 um dos procedimentos administrativos. Fez referência ao Decreto 14.104, no capítulo VIII
303 que define as atividades passíveis de licenciamento ambientais definidas por atividades,
304 porte e potencial. O Conselho poderá elaborar uma proposta de alteração de Decreto e
305 apresentar. Daniel Barreto – Gambá lembrou que essa área de Formosa do Rio Preto

306 constava no mapa do Ministério do Meio Ambiente como áreas prioritárias para conservação
307 da biodiversidade do Cerrado, no entanto, isso não era respeitado. Martin Mayr –
308 10envolvimento argumentou que seria muito fácil indeferir essa autorização, sobretudo
309 porque os condicionantes foram dimensionados ao uso de água para vinte e cinco mil
310 hectares, um processo com certo direcionamento para ser autorizado; disse que
311 compreendia as pressões políticas que recaem sobre o órgão. Propôs que o CEPRAM
312 fizesse uma consideração ao INEMA de não conceder autorização de supressão de
313 vegetação de Cerrado nativo nesse empreendimento, enquanto não for sanado o passivo
314 das reservas legais objeto de outorga. Márcia Telles retratou que o INEMA era um órgão
315 pressionado, assim como qualquer outro fiscalizador, mas isso não quer dizer que possa
316 sucumbir à pressão. Ratificou que, as informações contidas no processo era a realidade
317 técnica e legal, e estava à disposição. Alertou, que a licença foi concedida para vinte e
318 quatro mil hectares de sequeiro; enfatizou que deve ser averiguada a luz do processo até
319 que se identifique alguma irregularidade; sugeriu, diante das colocações, apresentar uma
320 denúncia para averiguar. O secretário comentou, diante dos fatos, deve ser pensadas
321 estratégias em larga escala, em relação ao Cerrado, considerando que a Legislação
322 Nacional tende a ser mais flexível; além da crise hídrica, tem a crise econômica que,
323 naturalmente, virá mais pressão para o desenvolvimento econômico naquela região;
324 comunicou que estava com processo de convenio com a AIBA e a Universidade de Viçosa,
325 para realizar um estudo técnico científico num prazo previsto para dois anos, acerca do real
326 potencial de utilização dos recursos hídricos do aquífero do Oeste. Após conclusão desse
327 estudo vai gerar um importante debate. Questionou: o Brasil um país capitalista, um dos
328 principais fornecedores de alimentos para o mundo pode abrir mão do agronegócio? Qual a
329 estratégia de desenvolvimento econômico social para aquela região? Alertou que todos
330 devem se preparar para esse debate que tende a ganhar espaço em pauta desse Conselho
331 e o de Recursos Hídricos. Tudo será construído coletivamente. Enquanto isso, o INEMA terá
332 que se pautar sob o aspecto legal. Ressaltou, existem questões que saem da governabilidade
333 desse Conselho. Sugeriu apresentar na próxima reunião um Módulo de Análise Preliminar
334 que pode ser utilizado pelas comunidades. Letícia Nobre - Sesab sugeriu, para os
335 encaminhamentos sobre o assunto abordado por Martin, alguns pontos deveriam ser
336 esclarecidos. Mariana Mascarenhas – Secex sugeriu marcar uma reunião com Martin e a
337 equipe técnica do INEMA para discutir as informações apresentadas. Martin Mayr –
338 10envolvimento, ratificou o seu pedido de recomendação. Mariana Mascarenhas - Secex
339 colocou em votação, oito conselheiros foram favoráveis; dez não favoráveis e uma
340 abstenção de Pedro Rocha – Seplan, que registrou, apesar de se tratar de um caso pontual
341 e emblemático, entendia que o papel do Conselho era não se confundir com o papel
342 institucional da função do INEMA, também, essa situação carecia de maiores informações;
343 disse que concordava com a proposta de trabalhar em nível de contribuição para todos os
344 aspectos de políticas públicas. Márcia Telles - Inema registrou que a não aprovação da
345 recomendação não impedia de realizar uma reunião com a equipe técnica, abertura do
346 processo, avaliação dos pareceres a qualquer momento.

347 Aurinézio Calheira – Cofic informou que vai apresentar na próxima reunião uma proposta de
348 revisão da Norma Técnica de Gerenciamento de Riscos aprovada em 2009; lembrou que
349 essa norma foi fruto da licença de operação do Pólo Petroquímico de Camaçari, mas por
350 conta de um condicionante que estabelecia que todas as empresas do Pólo fizessem
351 análises de risco, daí foi elaborada essa análise que propiciou um padrão de análise de
352 riscos considerado como inovador no país, passando a ser referência para todo Estado.
353 Ressaltou que havia questionamentos de que o padrão do pólo não se adequava para
354 empresas menores. Para atender a esse pleito, foi feita essa revisão juntamente com o
355 INEMA a ser discutida no âmbito da Câmara Técnica e posteriormente será apresentada a

356 esse plenário. Mariana Mascarenhas - Secex falou da importância dos conselheiros se
357 organizarem para prepararem documentos, relativos às demandas que são apresentadas
358 nas reuniões, pois todos conselheiros tem a prerrogativa de submeter matéria para
359 apreciação do Conselho. Em seguida, passou para a apresentação dos processos
360 apreciados na 17ª reunião ordinária da Câmara Técnica Recursal em 09 de setembro de
361 2016. Ruy Argeu Andrade – Sindicom manifestou pedido de adiamento a todos os processos
362 constantes desta pauta, justificando o não acesso ao sistema Cérberus, para conhecer o
363 conteúdo dos mesmos. Mariana Mascarenhas – Secex consultou se todos estariam de
364 acordo. Todos concordaram. Leila Oliveira – Sindicato Rural de Camacan, fez observações
365 quanto a essa manifestação, porque, de certa forma, prejudicava o interessado que já teve
366 seu processo apreciado, seja favorável ou não, mas que fosse revisto essa situação para
367 evitar transtornos. Mariana Mascarenhas - Secex falou sobre os processos com pedido de
368 vista e diligenciados por conselheiros da gestão anterior, mas que permanecem nessa
369 gestão. Nesse caso, decidiu-se que permaneceriam com o mesmo relator. Para outras
370 situações, a exemplo de entidades que não compõem o Conselho, mas representavam a
371 Câmara Técnica os processos serão redistribuídos. Com relação às atas da 389ª e 390ª
372 reuniões, disse que recebeu pedido de alteração para ata 389ª dos conselheiros Galvão e
373 Sabrina e foram inseridas na última ata. Consultou a todos se teria mais alguma alteração,
374 não havendo, as duas atas foram aprovadas. Passou para a indicação de representantes do
375 CEPRAM para composição do FERFA e da Câmara de Compensação Ambiental. Leila
376 Oliveira- Sindicato Rural de Camacan, registrou que essa solicitação de indicação foi
377 colocada, também, no CONERH sendo que na última reunião desse Conselho foi decidido
378 não ter representação da sociedade civil nem de usuários, tanto no FERFA como na
379 Câmara de Compensação porque estavam discordando da condução administrativa desses
380 dois Colegiados. Contudo, já estava acertado para a próxima reunião do CONERH indicar
381 esses representantes, acreditando que essas questões serão solucionadas nessa nova
382 gestão. Para compor o FERFA foram indicados na condição de titulares: João Lopes e Luiz
383 Vitor; suplentes: Wilson Andrade e um representante da UFBA, a definir. Com relação à
384 Câmara de Compensação será necessário um acordo entre a sociedade civil do CEPRAM e
385 do CONERH para decidir quem ficaria com a titularidade, respectivamente. Renato Cunha –
386 Gambá, foi indicado para representar a sociedade civil pelo CEPRAM. Para representar o
387 setor empresarial foi indicado a FIEB. Em seguida, colocou a proposta de calendário de
388 reuniões para o CEPRAM. Jorge Cajazeiras -FIEB falou sobre as constantes alterações de
389 datas, pediu para manter o cronograma proposto para evitar certos transtornos. Daniel
390 Barreto – Gambá ponderou que, com a alteração do Regimento foi proposto realizar
391 reuniões bimensais, ou seja, seis por ano, no entanto, esta reunião foi adiada do mês três, a
392 próxima estaria prevista para junho; questionou a possibilidade de não cumprimento do
393 proposto. Mariana Mascarenhas – Secex, argumentou que foi justificado o adiamento, por
394 tanto não teria condições de realizar uma reunião no mês seguinte, pois trabalharia as
395 Câmaras Técnicas. Cajazeira propôs aprovar a reunião do mês de julho e tentar viabilizar
396 mais três reuniões no decorrer do segundo semestre. Por fim, o calendário apresentado foi
397 aprovado com previsão de realizar mais uma reunião no segundo semestre. Passou para o
398 que ocorrer: Daniel Barreto – Gambá registrou que o conselheiro Ércio Araújo,
399 representante do Instituto Baleia Jubarte pediu esclarecimentos sobre alguns processos de
400 licenciamento no município de Coraci, Bahia, referentes aos empreendimentos Consorcio
401 Público Municipal CDL Litoral Sul que compõem as Secretarias Municipal e Estadual e a
402 Mineradora Spazio Álvaro Concorde Importação e Exportação Ltda. Para tanto, enviou
403 questionários para as devidas respostas e serão entregues a Secretaria Executiva. Renato
404 Cunha – Gambá sugeriu que a Câmara Técnica de Políticas Públicas (CTPPDS) convoque
405 uma reunião com a participação da equipe técnica do INEMA e da SEMA para discutir sobre
406 as questões do Cerrado. Mariana Mascarenhas – Secex, registrou que a CTPPDS se

407 reunirá dia 30 de maio, a Recursal será dia 2 de junho. Por fim, agradeceu a todos, sem
408 mais nada a declarar, esta ata será assinada por todos os membros integrantes que
409 estiveram presentes nesta reunião. Salvador, 12 de maio de 2017.

410 **Presidente:** José Geraldo dos Reis Santos
411 **Secretaria Executiva:** Mariana Mascarenhas



412
413 **Membros presentes:**
414 Márcia Telles - INEMA;
415 Iraneide Leal Costa – SEAGRI;
416 Marcos Gonçalves Almeida – SEINFRA;
417 Pedro Souza Rocha – Seplan;
418 Stenio Junior – SEDUR;
419 Letícia Nobre – SESAB;
420 Rodolpho Antunes Mafei – MMA;
421 Jorge Emanuel Reis Cajazeira – FIEB;
422 Aurinézio Calheira Barbosa – COFIC;
423 José Roberto Celestino – DAC;
424 Sabrina de Branco – SINDPACEL;
425 Wilson Galvão Andrade – SINDFIBRAS;
426 Luiz Carlos Café – ACB;
427 Bernardino Brandão Filho – SECOVI-BA;
428 Diogo Assis Guanabara – PETROBAHIA;
429 Ruy Argeu do Amaral Andrade – SINDICOM-BA;
430 Benedito Vieira dos Santos – FECOMERCIO;
431 Mariene Salatiel Oliveira – CETREL S/A;
432 Dhone Dognani – Sindicato dos Prod. Rurais de Luiz Eduardo Magalhães;
433 Leila Márcia Oliveira – Sindicato Rural de Coaraci;
434 Evilasio Silva Fraga – Sindicato de Produtores Rurais de Ibicoara;
435 João Lopes Araujos – ASSOCAFÉ;
436 Jose Getúlio Andrade – Serviços e Turismo do Estado da Bahia;
437 Soraya Machado Torres – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis;
438 Jose Augusto Pinto de Queiroz – CREA-BA;
439 Roberta Casali Bahia Damis – OAB;
440 Severino Soares Angra Filho – UFBA;
441 Mauro Moreira Borges – CEPEDES;
442 Lucelia de Melo Berbert – Instituto Baleia Jubarte;
443 Martin Mayr – ADES;
444 Daniel Barreto – GAMBÁ;
445 Renato Cunha – GAMBÁ;
446 Daniela Marques Chagas – GAMBÁ;
447 Carlos Romero de Carvalho – PRISMA

